



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 667/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1673/2015 (06 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SEMASDH.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA – Informação Conclusiva nº 009/2016 (fls. 994/997).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3520/2016-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 998/999v).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Exercício de 2014.

Contas Irregulares. Multa. Determinações à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH, exercício 2014, sob a responsabilidade da Sra. **Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, Secretária Municipal – SEMASDH, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso III, alínea “b” do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, pelas impropriedades não sanadas elencadas, em decorrência de graves infrações à norma legal;

9.2- Aplicar à Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária Municipal – SEMASDH, referente ao exercício de 2014, a **multa** prevista no inciso VI do art. 308 do R/TCE-AM, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) em razão de graves infrações a normas legais (irregularidades “c”, “e”, “i”, “j”);

9.3- Determinar à origem que:

9.3.1- observe as normas previstas na Lei federal nº 4.320/64;

9.3.2- dê maior atenção à formalização dos empenhos a serem emitidos;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 667/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3.3- realize um planejamento prévio ao utilizar-se de procedimento licitatório, dispensando-o exclusivamente nos casos elencados no art. 24, da Lei de Licitações e Contratos (Lei federal nº 8.666/93);

9.3.4- faça cumprir plenamente o art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, com a criação de um Portal de Transparência da SEMASDH, que contenha não somente informações relativas às despesas e receitas do exercício, mas também informações referentes a licitações e contratos realizados, competência do órgão, as ações e projetos desenvolvidos, dentre outros de interesse público.

9- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 09 de Agosto de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

11.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral